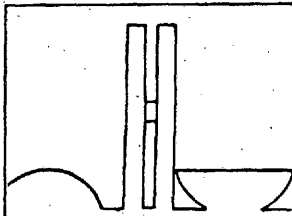


O cerco ao Governo Sarney

- 2 OUT 1985

Ricardo Noblat

“**E** NQUADRAR.” Foi essa a expressão que o Presidente José Sarney utilizou para definir o objetivo da conversa que manteve, anteontem, fora de agenda, com o Ministro Almir Pazzianotto, do Trabalho. Candidato a deputado federal nas eleições do próximo ano, o Sr Pazzianotto pareceu recusar, no final da semana passada, a ressuscitada proposta de pacto social oferecida à nação, mais uma vez, pelo Presidente da República. De resto, nas pegadas do Ministro do Trabalho, o da Justiça, o Sr Fernando Lyra, fulminou qualquer tipo de acordo “que afete a já sofrida classe trabalhadora”.



Coisas da política

Aparentemente, o Sr Sarney alcançou o objetivo que perseguia. O Ministro do Trabalho deixou o Palácio do Planalto e voou a São Paulo para se reunir com líderes sindicais e atraí-los para apertar a mão estendida pelo Presidente da República. O ex-Presidente João Figueiredo cedeu aborrecido a vaga que ocupava, sem que ninguém lhe apertasse a mão, vazia de atrativos e de sinceridade. Não falta sinceridade no gesto do atual Presidente da República de estender sua mão — falta, por enquanto, quem deseje apertá-la ou quem enxergue nela a única via para que a nação atravessasse o atoleiro em que está metida.

Pacto social, parceria solidária ou seja lá o nome que se lhe dê, o que o Sr Sarney pretende, na verdade, é o que o Presidente Tancredo Neves preferiu chamar de trégua, necessária para ganhar tempo e tentar pôr um pouco de ordem na casa. A trégua do Presidente Sarney está diretamente ligada ao processo de renegociação da dívida externa. O Presidente só poderá falar grosso lá fora e sensibilizar os nossos credores, se puder exibir, atrás de si, uma retaguarda momentaneamente apaziguada, uma nação até certo ponto unida. O Presidente, por enquanto, só dispõe de um discurso afirmativo e do fantasma da conflagração social do país.

É pouca coisa, destinada a não levar a lugar algum. Deprime-se e se assusta o Presidente com o volumoso lote de 500 dissídios previstos para ocorrerem até dezembro próximo. Dos 500, pelo menos 10, na avaliação de um assessor do Sr Sarney, carregam um preocupante potencial de conflitos e de riscos. A sensação de alívio que empolgou o Governo com o encerramento pacífico da recente greve dos bancários cedeu lugar a uma constatação óbvia e que é motivo de exame no Palácio do Planalto: os bancários provaram que são capazes de paralisar completamente um setor

vital da economia. Outras categorias sociais se organizam para tentar a mesma coisa.

O Sr Sarney conta com poucos aliados para romper o cerco de pressões e de reivindicações que se fecha em torno dele. As greves e a mobilização sindical fazem parte de uma face de uma moeda de múltiplas faces. A emenda que o Governo enviou ao Congresso convocando a Constituinte pode ser posta a pique pela reação contrária da OAB, da Igreja, do PT, do PDT e de parte do PMDB que ameacem subtrair-lhe os votos indispensáveis para sua aprovação. A exigência de uma reforma tributária mais generosa para com os municípios acua o Governo a menos de um mês e meio das eleições de novembro e deve levá-lo a dar o que não pode.

Um Congresso com pouca ou nenhuma representatividade, que deverá sofrer um radical processo de renovação no próximo ano, não oferece a mínima segurança para a aprovação dos projetos do Executivo. O esgarçamento do tecido partidário e as insensatas eleições municipais de novembro põem a descoberto, de uma vez, a ralá sustentação política do Governo do Sr Sarney. As excepcionais condições que obrigaram o Sr Sarney a assumir a Presidência da República explicam, em boa parte, as dificuldades que ele enfrenta na chefia de um governo que não é o seu, ocupando uma cadeira para a qual não foi eleito.

O Presidente estreou o mês de outubro especialmente abatido — o que não quer dizer muita coisa. Ao longo de um mesmo dia, o Sr Sarney é capaz de alternar estados de euforia e de depressão. Isso não o impediu de acionar os Ministros do Trabalho e da Fazenda para a missão de ouvir trabalhadores e empresários sobre sua proposta do pacto. Sabe o Presidente das dificuldades para viabilizá-la — mas não vê outro caminho a trilhar. A escassa solidariedade que encontra dentro do próprio Governo também lhe é negada, na prática, pelo Deputado Ulysses Guimarães, apesar de as aparências indicarem o contrário.

O Sr Ulysses, na intimidade, insiste na tese de que o pacto é uma proposta do Presidente e de que cabe a ele liderá-la. Salpicado pelas denúncias de mazelas do Congresso, o presidente do PMDB procura preservar-se, de olhos postos na sucessão do Sr Sarney. Nem mesmo no front paulista o Sr Ulysses pretende se expor. Não está nos seus planos assumir, ostensivamente, a coordenação da campanha do Senador Fernando Henrique Cardoso que ele considera, a essa altura, com poucas chances de derrotar o ex-Presidente Jânio Quadros. Espera que a conta de uma possível derrota seja debitada ao próprio candidato e ao Governador Franco Montoro.

Depende o Sr José Sarney, quase que exclusivamente, da força do seu cargo, do seu talento e de sua reconhecida sorte para seguir em frente.

Ricardo Noblat é Editor Regional do JORNAL DO BRASIL em Brasília